



## **“Papel para Livros”: encruzilhadas e futuros passados do mercado editorial brasileiro nos anos 1930-1940<sup>1</sup>**

Gisella Amorim<sup>2</sup> e Mateus Henrique Pereira<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar, a partir de pesquisa preliminar, um importante aspecto técnico relativo às condições de produção e fabricação de livros durante os anos 30 e 40: a fabricação e utilização do papel no Brasil. Durante as décadas do primeiro governo Vargas a questão toma relevo, com a participação de intelectuais e editores no sentido de melhorar as condições da indústria e comércio de livros com as garantidas investidas do estado nesse setor da economia. Analisaremos alguns relatórios cujo teor explicita a relevância da matéria e a ação do Estado por meio da organização de uma Comissão específica tutelada pelo órgão estatal destinado melhorar o mercado editorial brasileiro: o Instituto Nacional do Livro.

**Palavras -chave:** Papel; mercado editorial; INL; governo Vargas; editores

### **Introdução**

A História do Livro, sob a forma de História da Edição, como lugar de sociabilidade essencial para a difusão do escrito, tem se tornado um grande campo de investigação da história intelectual<sup>4</sup>. No caso do Brasil, durante os anos 1930-1940, os intelectuais viriam a ter, junto ao Estado, o papel que desempenharam os editores das grandes casas de edição européias. Esse trabalho implica, por um lado, num jogo de exigências técnicas e financeiras, e por outro lado numa relação entre autor, leitor e demanda social.

Tendo em vista essas questões, este texto procura refletir sobre a relação dos “intelectuais do livro” nos anos 1930-1940 com as “exigências técnicas e financeiras”. Essa é uma dimensão fundamental para que o editor possa assegurar a publicação, isto é, dar uma dimensão pública a um texto e a um autor<sup>5</sup>. Como escala de análise<sup>6</sup>,

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP-Intercom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação

<sup>2</sup> Dutoranda do programa de pós-graduação em História da UFMG e atualmente desenvolve um projeto relativo ao estudo comparado das políticas de edição entre o Departamento de Imprensa e Propaganda (Brasil) e o Secretariado nacional de Propaganda (Portugal) entre 1930-1950, com o apoio do CNPq.

<sup>3</sup> Dutor em História e professor da FUEDI/UEMG e atualmente desenvolve projetos relacionados ao mercado editorial e coleções brasileiras durante o século XX..

<sup>4</sup> DOSSE (2003, p. 182).

<sup>5</sup> A esse respeito, ver BOURDIEU (1999, p. 3-28).

<sup>6</sup> Sobre esse procedimento, ver REVEL(1998).



pretendemos abordar um aspecto técnico fundamental para a compreensão da História da Edição no Brasil: o problema do papel<sup>7</sup>.

### **Monteiro Lobato e a Questão do Papel**

Em 1934, foi registrado na Diretoria das Rendas Aduaneiras, através do Sr. Orlando Villela, o relatório encaminhado pelo editor-escritor Monteiro Lobato sobre a questão do “Papel para Livros”. Começa o Sr. Lobato remetendo-se a antiga lei sobre a isenção das taxas de importação para a confecção de jornais e revistas, que por sua vez deixava de fora o “primacial instrumento de cultura, - o Livro - o qual havia sido excluído de referido benefício<sup>8</sup>. Segundo o autor de *Urupês*, infrutíferas tentativas foram elaboradas pelos editores que no Congresso tentavam demonstrar a “injustiça” que cometiam com o produto sem resposta positiva, porque segundo ele, “os argumentos cochichados nas antecamaras pelos fabricantes de papel nacional sempre tiveram mais peso do que os argumentos da cultura”<sup>9</sup>.

Lobato baseava sua indignação de um lado porque apenas uns poucos beneficiavam-se da fabricação do papel no Brasil e de outro porque a própria qualidade do produto não justificava tamanha proteção. Assim dizia ele: “Esses fabricantes (...) Apesar de multimilionários não desistem da pequena parcela de lucros que auferem do fornecimento dos editores de um caríssimo e ordinário papel nacional”.

Para Lobato o benefício, sendo estendido ao livro, condicionaria o seu barateamento, sem prejuízo das fábricas de papel (“porque a porcentagem de sua produção que vai para o livro é mínima”) além disso acarretaria uma melhoria da qualidade técnica do produto, uma vez que “nosso livro só é feito em papel ‘nacional’, isto é, em papel de pasta estrangeiro que entra com taxas mínimas sob forma de pasta e aqui apenas sofre a operação final do desdobramento em folhas.<sup>10</sup>”

O relatório é encaminhado ao Sr. Francisco Campos, na esperança de que “o Estado Novo que se inicia tão livre de compromissos, e com tanta vontade de acertar, resolvesse a velha aspiração da cultura, de ter papel bom e barato, como tem os jornais e as revistas<sup>11</sup>.” Dizia Lobato: “Na Baía tive oportunidade de conhecer e admirar o espírito claro do Dr. Francisco Campos e o seu revolucionarismo construtor”. Parecendo

---

<sup>7</sup> É importante destacar que o papel não tem sido um estudo dentro do campo da História da Edição em várias partes do mundo, com raras exceções, como, por exemplo, TSAGOURIA -RIPOLL(1987).

<sup>8</sup> GC, CPDOC, r.24, doc.375.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> GC, CPDOC, FGV, r.24, doc. 375.

<sup>11</sup> GC, CPDOC, FGV, r.24, doc. 375.



criticar a iniciativa da Cia Melhoramentos de SP, Lobato indis põe-se com os acentos executados excessivamente nas traduções de livros estrangeiros e cita o caso de Macaulay: “Abro ao acaso uma tradução francesa dos ‘Essays’ de Macaulay e numa página conto 78 acentos; essa mesma página Macaulay a escreveu sem um só. Revoltado contra os acentos acadêmicos, usei do meu prestígio na Editora Nacional para uma guerra à excrecência, e consegui que a empresa editasse centenas de milhares de livros com a desacentuação’ exemplificada no livro que remeto como amostra. E não sei duma só criança que, lendo-o, sinta falta das pulguinhas surpimidas”.

Na mesma data do ofício da Cia Melhoramentos é também levado ao julgamento do Presidente da República pelo Sr. A Souza Costa o parecer- relatório do Sr. Monteiro Lobato sobre o benefício da isenção do papel para livros, já que “êe foi inexplicavelmente excluído do benefício da isenção com evidente dano para a cultura do nosso povo”. Inclui no relatório de Monteiro Lobato as alegações do Sindicato dos Editores de São Paulo, contendo os mesmo fundamentos e além desses, também os pareceres da “Cia. fabricante de papel Klabin Irmãos e Cia; Companhia Industrial Pirai S/A, estabelecida em Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro e Companhia Melhoramentos de São Paulo, estabelecida em São Paulo<sup>12</sup>.”

Após o julgamento da matéria, a total indisposição da lei em relação aos pedidos constantes nos pareceres citados aparecem sob a forma do “decreto n. 24.023, de 21 de março de 1934”, em seu artigo 5º que estabelece que, em relação as importações, a “redução de direitos” ficaria condicionada às “a) mercadorias ou materiais dos quais houver similar na produção nacional, abastecendo os mercados em quantidade suficiente para o consumo, de modo a serem tais gêneros encontrados facilmente dentro do país”. E, posteriormente, por meio do decreto n. 300 de 24 de fevereiro de 1938, que reforça o decreto anterior.

### **Os meandros da ação do Estado**

Naquele mesmo ano de 1934, Sr. M. Moreira da Silva, diretor geral do Conselho Federal de Comércio Exterior, escreve uma carta dirigida ao então recém empossado ministro Gustavo Capanema para solicitar-lhe “a designação de um representante do Departamento Nacional de Educação” para o “caso da indústria do papel”<sup>13</sup>. A esse representante solicitado, se juntariam os demais representantes da Comissão Especial,

---

<sup>12</sup> Idem.



instituída para melhor julgar a matéria<sup>14</sup>. O assunto, embora específico, era interesse nacional, portanto pretendia-se agrupar os mais importantes representantes do governo, da sociedade civil e de empresários do livro.

Subordinado ao Ministério da Educação de Capanema figurava o Instituto Nacional do Livro (INL): um lugar de coordenação dos trabalhos<sup>15</sup>. Os esclarecimentos prestados por Augusto Meyer, seu diretor, elucidam a ordem das questões referentes às demandas inerentes à indústria de papel no Brasil naquele período:

“Nesse propósito, a diretoria do Instituto promoveu reuniões de interessados para o debate das referidas questões convido mencionar a que, por sua iniciativa, realizou o Conselho Federal de Comércio Exterior. Os debates resultantes dessas reuniões de inquéritos que igualmente promoveu o INL entre editores e industriais de papel tiveram a vantagem de facilitar o exame do assunto sob diversos ângulos, posto que, como era de se esperar, não conduziu para uma conclusão imediata. As respostas aos questionários enviados por este Instituto, em colaboração com os representantes do Conselho Federal de Comércio Exterior, a editores e fabricantes de papel, virão ao extremo ao tratarem, por exemplo, da proporção em que (?) do papel entra no custo total do livro, ainda que se tenha em conta a alegação justa feita por certos editores, de que não é possível fazer-se nesse sentido uma percentagem uniforme, já que é necessário ter em vista o tamanho dos livros e o das tiragens.<sup>16</sup>”

De um lado, a composição dessa comissão demonstra a importância do julgamento e de outro representa a grande polêmica quanto à urgência do desenvolvimento de uma indústria livreira nacional. O trabalho da comissão não restringiu-se à indústria de papel: registraram as editoras particulares<sup>17</sup> e Bibliotecas e ainda compuseram listas bibliográficas<sup>18</sup>.

<sup>13</sup> GC, CPDOC/FGV, r. 25, doc.547.

<sup>14</sup> A “Comissão especial” era formada por representantes das seguintes entidades: Conselho Nacional de Educação, Comissão Nacional do Livro Didático, Instituto Nacional do Livro, Biblioteca Nacional, Congregação do Colégio Pedro II, Universidade do Brasil, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e Departamento Nacional de Educação, todos do Ministério da Educação e Saúde, coordenação da mobilização econômica, Departamento de Imprensa e Propaganda, Associação Brasileira de Imprensa, secretaria de Educação da prefeitura do distrito Federal; dos senhores Pedro Calmon e Olímpio Fonseca Filho; e da editora José Olímpio e Associação Brasileira de Escritores. GC, CPDOC/FGV, r. 25, doc.547.

<sup>15</sup> O Instituto Nacional do Livro foi criado em 1937, como um desdobramento do antigo Instituto Cayru, criado em 1935. O objetivo principal era organizar e publicar dois emblemáticos projetos do Estado Novo: Um Dicionário da Língua Nacional e uma Enciclopédia Brasileira. Embora ambos nunca tenham sido publicados, outros projetos editoriais foram concluídos pelo INL, além da organização de inúmeras bibliotecas e o financiamento de editoras particulares. Ver SILVA (1992).

<sup>16</sup> GC, CPDOC/FGV, r.24, doc.670.

<sup>17</sup> GC, CPDOC/FGV, r. 24, doc.557.

<sup>18</sup> As listas bibliográficas sucederam, segundo FREVRE E MARTIN (1992) os catálogos das feiras de Frankfurt, que nasceram segundo consta, da necessidade de se “saber o que reimprimia (...) não apenas para os livreiros desejosos de se manterem a par das publicações recentes, mas também para o mundo culto em geral”. p.337/338 Assim, é que os editores acabavam por lançar mão de catálogos de publicação como maneira de divulgação. Entretanto, havia a “necessidade de dispor de publicações periódicas indicando as obras que acabavam de ser publicadas. A partir de 1648, quando “um bibliógrafo Padre Jacob, empreendia a publicação, a cada ano, de uma Bibliografia parisiense e de uma bibliografia gállica onde se encontrava a lista dos livros publicados em Paris e em toda França.”(p.338) Ver também ESISENTEIN (1998) Na década de 30, as listas bibliográficas são usadas tanto com o objetivo de atender aos editores, mas também funcionavam por vezes como atestado de boa recomendação, como é o caso da Bibliografia Brasileira editada pelo INL. Exemplificando a necessidade de se controlar tudo o que é publicado, o MES faz um levantamento oficial sobre as publicações de todos os órgãos desde as escolas, os Museus, Biblioteca Nacional até os



Entretanto, o objetivo fundamental era discutir a importação de papel no Brasil, entendida como um entrave constante ao desenvolvimento do setor livreiro<sup>19</sup>. O debate acerca da urgência da fabricação do papel no Brasil ou ainda da baixa dos preços para a sua importação vinha sendo discutida, segundo HALLEWELL(1984) desde 1879<sup>20</sup>. O impulsionamento do mercado editorial brasileiro nas primeiras décadas do século XX contribuíra para a retomada da questão.

Segundo Hallelwell (1984), diante das altas taxas sobre o papel para livros, da má qualidade e da escassez do papel produzido aqui, os editores muitas vezes importavam papel destinado à confecção de jornais, no intuito de pagar menos, o que permitiu aos produtores de papel nacional a exigência de um posicionamento político do governo sobre a questão. Em 1926 foi adotada uma linha d'água para o papel de imprensa importado, para que este não fosse desviado à produção de outra coisa senão os jornais da época. Para o autor, a partir da década de 1930 há um aumento significativo das taxas de importação, estimulando a utilização do papel nacional.

É sobre esse pressuposto que o debate é reatualizado nos anos 1930-1940. Em 24 de agosto de 1936, o Sr. Evaristo Bianchini, em nome da Cia Melhoramentos de São Paulo<sup>21</sup>, encaminha ofício sobre a “questão do papel”. A Cia. argumenta que diante da constatação de que “o preço do papel não tem a menor influencia no preço de venda dos livros, mostra-se a “isenção de direitos alfandegários para o papel destinado aos

---

demais órgãos de administração pública de todas as publicações, assim como o próprio MES faz um levantamento também bibliográfico acerca de assuntos variados tal como “Política e Direito Constitucional” ou “Exército e aeronáutica, etc. Ver FEBVRE e MARTIN(1992); EISENTSEIN(1998);HALLEWELL(1984).

<sup>20</sup> Segundo HALLEWELL (1984), F. Conceição escreve um artigo onde descreve as disparidades existentes entre as taxas para o papel no Brasil em relação às importações de livros. (“160\$ por kilo de papel e 100\$ por kilo de livros”). p.131. Além disso, o historiador inglês situa a construção da primeira fábrica de papel nacional em 1808, além de mais quatro delas ainda durante a primeira metade do século XIX, no Rio de Janeiro. Já no final do mesmo século, por volta de 1888, em Itu (SP), começa uma Segunda fase de construção de fabricadoras de papel, grandes empresas, com técnicas modernas. Entre elas, contava-se a futura Cia Industrial de papéis e cartonagens e também a Cia Melhoramentos. Ver HALLEWELL (1984).

<sup>21</sup> Sobre a Cia Melhoramentos diz-nos HALLEWELL(1984) “ Foi originalmente concebida no longínquo ano de 1877, como uma empreiteira de obras públicas, donde seu nome, mas foi formalmente construída, em 9 de setembro de 1890, para fabricar papel. A parte editorial teve início em 1915, como firma independente, a Weisflog Irmãos, e a difusão das duas empresas ocorreu quando o diretor Alfredo Weisflog assumiu o controle das fábricas de papel no início de 1921...(p.257) Além disso, a Cia foi “pioneira no uso da madeira brasileira para a produção de polpa (principalmente o pinheiro do Paraná, mas também o eucalipto, trazido da Austrália)” (p.231). Ao abordar as atividades, ou melhor, as estratégias editoriais impetradas por Lourenço Filho sobre as obras de literatura infantil, afirma SOARES (2002): “A Companhia Melhoramentos de São Paulo foi fundada em 1890, voltada inicialmente à fabricação de papel e logo às atividades gráficas e editoriais. No final dos anos 1910, passou a produzir material escolar, como mapas e cadernos de caligrafia. Em 1912, os prelos dos Weisflog imprimiram livros da Francisco Alves, muitos deles didáticos, o que suscitou a aproximação entre a Melhoramentos e Arnaldo de Oliveira Barreto, então diretor da Escola Normal de São Paulo. Partiu do educador o incentivo para os Weisflog se introduzirem nesse campo e, simultaneamente no dos livros de literatura infantil”. (p.277)



livros”... “uma grande injustiça à própria economia nacional, ajudando-se umas indústrias com desajuda de outras” (referindo-se às empresas editoras)<sup>22</sup>. Assim, dispõe a Melhoramentos contra a isenção das alíquotas alfandegárias, medida que não beneficiaria nem a indústria brasileira (nesse caso as fábricas de papel nacional), nem tampouco refletiria numa baixa do custo do livro ao leitor já que “é notório que o custo do papel representa quota mínima no preço do livro”. De toda forma, o argumento central da empresa baseava-se no sacrifício do fisco, acarretando “grave dano a economia nacional”<sup>23</sup>. O argumento justificava a importância do livro de um lado e a disposição da Cia em contribuir para o setor livreiro sem prejuízo do ensino no Brasil, respaldando-se na

“(…) boa política comercial de facilitar, pelo preço, a aquisição dos livros necessários para o ensino. Por isso, tendo presente os altos preços dos livros técnicos e científicos estrangeiros, necessários aos estudos dos cursos superiores, esta Companhia tem procurado resolver não só este problema do preço, como também a dificuldade da língua estrangeira, lançando-se à tradução desses livros. Iniciando pelo ramo da Medicina(...)Assim, podem os estudantes das nossas Academias adquirir aqui esses livros por um terço, ou menor, do preço que custariam no original estrangeiro”<sup>24</sup>.

A Cia ratificava a conclusão do Memorial do livreiros<sup>25</sup>, de que a única forma de solucionar a questão seria tanto facilitar a aquisição de “livros e revistas culturais e técnicas estrangeiros”- medida esta já encaminhada pela empresa remetente, por meio das traduções já anteriormente citadas – quanto a “concessão de câmbio oficial para as importações”(…) se “as atuais condições do país permitirem esse sacrifício”<sup>26</sup>.

A resposta oficial a esse encaminhamento da fábrica e editora, foi lançado em Março de 1938, num ofício escrito ao Presidente da República, no qual declara-se que a julgar pela exigência de um “câmbio oficial para a importação”, o pedido se torna inviável e portanto cabível de recusa<sup>27</sup>.

---

<sup>22</sup> GC, CPDOC, FGV, r. 24, doc. 372.

<sup>23</sup> GC, CPDOC, FGV, r. 24, doc. 372.

<sup>24</sup> GC, CPDOC, FGV, r.24, doc.372.

<sup>25</sup> Não nos foi possível ter acesso a este documento.



## Porque baratear os Livros

Outro relatório intitulado “Barateamento de Livros”, sem autoria e na mesma linha denunciadora do relatório aludido de Monteiro Lobato o texto indigna-se com a exclusão do livro em detrimento dos jornais e revistas:

Admitir que o jornal e a revista sejam instrumentos de cultura merecedores da proteção que tiveram e deixar de fora o livro, é absurdo insustentável, uma vez que desses três instrumentos de cultura é justamente o livro o fundamental, o que vem em primeiro na lista. Primeiro nasceu o livro; do livro nasceu o jornal e dêste a revista. Proteger aos filhos e esquecer do pai é sexquipedalidade. É pelo livro que a cultura se inicia e se completa; nas escolas primárias com a cartilha, nas escolas médias com os compêndios; nas escolas superiores com os tratados (...) Podemos dizer que o livro é o instrumento da criação da cultura; o jornal e a revista não passam de instrumentos de sua manutenção<sup>28</sup>.

Editores e livreiros não entendiam porque o livro, como produto principal no fortalecimento de uma cultura, poderia ter ficado de fora de tão esperado benefício. Como a lei havia sido promulgada em anos anteriores à decretação do Estado Novo, o argumento voltava a recuperar sua força, porque sabiam que além de valorizar o livro como signo de cultura nacional, o Estado Novo, tal como apontava Lobato, pretensamente assumia um projeto de uma “renovação política”, que continha em si a negação da “velha” política de outrora. Um dos lemas do estado varguista no pós-30 era fundamentalmente acabar com os privilégios das oligarquias. Nessa expectativa, o debate voltava à tona.

Segundo o documento referido acima, em 1918, o governo não somente isentou revistas e jornais da taxaço dos impostos alfandegários, como também aumentou a taxa para os livros, numa estimativa de 300%. Conseqüentemente, o preço do livro aumentou<sup>29</sup>. Em números precisos o documento exemplifica o impacto do aumento:

“Em 1918, tínhamos o papel para livro importado de fora ao preço de 800 réis o quilo.(...) vieram os 300% de aumento e o papel importado passou a ficar-nos aqui ao preço em que está hoje: 2.700 réis para o tipo de mais baixa qualidade.<sup>30</sup>”

---

<sup>26</sup> GC, CPDOC, FGV, r. 24, doc. 372.

<sup>27</sup> GC, CPDOC, FGV, r.24, doc. 374.

<sup>28</sup> GC, CPDOC, FGV, r.24, doc. 376.

<sup>29</sup> Sobre essa questão Botrel nos coloca algumas questões instigantes: “la historia económica y técnica del libro que suele hacerse desde el punto de vista del editor o del librero se hay de acompañar, pues, con una historia cultural del mismo desde el punto de vista del comprador/lector: teniendo en cuenta la multiplicación y la multiplicidad de la oferta libresca y por ende de los precios – efectivos y aparentes – y de otro precio, ‘subjetivo’.” Ver CÁTEDRA(2004, tomo II, p. 511-527).

<sup>30</sup> GC, CPDOC, FGV, r.24, doc. 376.



Evidentemente, o preço do livro, assim como o do papel, passava a subir, o que “diminuía seu raio de penetração” e de seus “compradores potenciais”.

Corroborando o argumento de que a parcela da qual abririam mão os industriais do papel seria mínima, o documento traz uma pequena tabela contendo a produção das fábricas do período. Essa tabela nos indica que o número de fábricas superava a estimativa apresentada por Hallewell (1984), bem como nos propõe a forma vertiginosa como produziam essas mesmas empresas para a época (Ver quadro abaixo).

**TABELA 01**  
**“Conselho Federal de Comércio Exterior”**  
**Estatística da capacidade e produção das fábricas de papel no Brasil<sup>31</sup>**

FÁBRICAS	CAPACIDADE ANUAL	AUMENTO DE PRODUÇÃO NOVAS INSTALAÇÕES	CAPACIDADE DEPOIS DE AUMENTADA
ARAUJO	125.000	--	125.000
BRASILEIRAS	280.000	--	280.000
BRASITAL	170.000	150.000	320.000
CARTONAGEM	700.000	--	700.000
CORUPUTIBA	450.000	300.000	750.000
CRUZEIRO	20.000	40.000	60.000
TEFFÉLA	120.000	60.000	180.000
ENGENHO NOVO	190.000	210.000	400.000
FABRICADORA	1.200.000	450.000	1.650.000
GORDINHO	300.000	150.000	450.000
KBAIN-PARANÁ	--	1.500.000	1.500.000
IATAJAÍ	120.000	150.000	270.000
JUSTO	25.000	--	25.000
MELHORAMENTOS	800.000	--	800.000
PAULISTA	--	150.000	150.000
PAPEL E PAPELÃO	85.000	--	85.000
PARANAENSE	100.000	50.000	150.000
PETRÓPOLIS	300.000	400.000	700.000
PIRAÍ	275.000	275.000	550.000
PORTELA	600.000	300.000	900.000
SANTA CRUZ	170.000	--	170.000
SANTA MARIA	190.000	120.000	190.000
SANTISTA	800.000	----	800.000
SÃO GERALDO	60.000	100.060.00000	120.000
SIMÃO E CIA	--	120.000	120.000
TIJUCA	100.000	--	1.000.000
RIBEIRO PARADA	200.000	100.000	300.000
	7.330.000	4.462.000	11.795.000

<sup>31</sup> Optamos por digitar o documento diante da impossibilidade temporária de sua reprodução. GC, CPDOC/FGV, r.24, doc.377





## **Futuros Passados: papel ontem e hoje** <sup>32</sup>

Como se vê, as solicitações e pretensões dos produtores de livros estavam calcadas no pressuposto de que os livros seriam um elemento de formação. Os livros teriam um respaldo valorativo<sup>33</sup>. Entender o livro como uma representação diz respeito a entendê-lo como uma força simbólica pela qual, segundo Roger Chartier, perpassam, classificações, percepções, etc. Todas essas modalidades, segundo ele, nada mais são do que as “próprias divisões do mundo social”. São formas de expressão de culturas que diferenciam-se pelas formas variadas pelas quais se expressam. Um livro seria um dos mecanismos onde um sujeito reproduz as representações da sua própria cultura ou apropriando-se de elementos de sua cultura dá significado e redimensiona o mundo partilhando idéias e valores, no ato de dar a ler o “seu” livro. No ato da leitura novas apreensões são realizadas, novas representações são criadas e o mundo é então re-significado. Esse processo coaduna com a intervenção de Pierre Bourdieu, que no diálogo com o próprio Chartier, indica-nos o potencial do livro e da leitura enquanto repositório e ao mesmo tempo catalisador desse processo de reprodução e criação no e do mundo social.

Na mesma perspectiva, a discussão sobre a importância de se produzir livros, de expandir o seu consumo (por meio do seu barateamento) pode ser entendida como a tentativa de se estimular uma política cultural que nasce da crença nesse produto, o que está evidentemente marcado em todos os documentos aqui apontados. O livro merece destaque, porque como nos diz Bourdieu (1989) estaria associado à importância da produção de um “produto intelectual” potencialmente “perigoso”<sup>34</sup>.

Indica também a inserção do Estado como árbitro e também como suposto viabilizador de uma política que melhorasse a produção do produto. Assentava-se portanto, na disposição do novo governo como incentivador de suas “mais nobres” manifestações culturais. Garantindo ou moldando os efeitos da produção intelectual o Estado Novo articulava sua predisposição em relação à organização da cultura letrada.

---

<sup>32</sup> Sobre o conceito de futuro passado ver, KOSSELEK (1990).

<sup>33</sup> Ver CHARTIER (1990) e BOURDIEU e CHARTIER (1996).

<sup>34</sup> BOURDIEU e CHARTIER (1996).



Afinal, “por meio do livro pode-se transformar a visão do mundo social e, através da visão de mundo, transformar também o próprio mundo social<sup>35</sup>.”

A discussão acerca da questão do papel, remete-nos, sobretudo, a importância do desenvolvimento da indústria nacional do livro durante os anos 30-40, que embora incipiente mostrava-se efervescente.

O que mudou e o que permanece? É difícil dizer, mas podemos concentrarmos em alguns pontos. Um amplo estudo sobre a Economia do Livro de 2005, encomendado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, afirma que o livro brasileiro ainda é um dos mais caros do mundo, que o acesso é restrito e que o governo brasileiro compra muito pouco livros para Bibliotecas Públicas, se comparado a outros países<sup>36</sup>. Apesar de muitas diferenças temporais, ao que parece, o preço e acesso aos livros no Brasil ainda continuam restritos. Algumas mudanças podem ser apontadas, os grandes grupos editoriais não têm clamado por interferência pública na economia do livro. O maior editor brasileiro no início do século XXI, Luiz Schwarcz, é terminantemente contra uma política pública para o livro no país. Segundo ele, o Brasil “precisa de uma política pública de educação de massa e de criação de bibliotecas. Não precisa de uma política pública para o livro”<sup>37</sup>. Não se tem discutido com a importância devida à lei do preço único para os livros. Assim, se o papel não é mais um problema, o problema final permanece! Uma mudança substantiva parece ter ocorrido. O interesse público, sobretudo das elites intelectuais, pela questão do livro e da ampliação do seu consumo e acesso, parece ter diminuído.

Nesse sentido, esperamos que a questão do “livro sem papel” aqui relatada possa contribuir de algum modo para dinamizar e iluminar o nosso presente. Desse ponto de vista, ainda gostaríamos de trazer outra questão contemporânea. Do nosso ponto de vista, não existe felicidade maior do que começar a ler um bom texto na tela e ter a oportunidade de imprimi-lo na máquina de Gutenberg, a impressora, que “mora” ao lado.

Ora, o papel nos faz ainda hoje felizes! Os homens daquele período queriam construir uma identidade nacional, uma nação, uma cultura calcada nos livros. Mas talvez esses projetos perdidos resultaram em nações, em identidades, em brasilidades. Para além da dimensão autoritária, elitista, democrática e/ou idealista de muitos dos projetos dos anos 1930-1940 não podemos perder a dimensão política e humanística.

---

<sup>35</sup> Idem, p.243.

<sup>36</sup> EARP e KORNIS (2005).



Desejava-se fazer pensar e/ou obedecer através dos livros, em tornar a vida dos homens mais adequada para a realização das potencialidades humanas e/ou de projetos políticos. Se os livros – por consequência, a escrita e a leitura – podem ser vistos como labirintos, máquinas de sonhar, artifícios do pensar, da resistência e da dominação. O que podemos dizer do suporte papel? Como seria ler no papiro, em argila? Imaginar a vida com e sem papel, substrato do pensar, pode ser um exercício para pensar os futuros passados dos anos 1930 e 1940 que procuramos recriar em nosso presente histórico.

### Referências bibliográficas

- ABREU, Márcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. Campinas: Mercado de Letras, FAPESP, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. Une révolution conservatrice dans l'édition. - Actes de la recherche en sciences sociales. - (1999-03)n°126/127, p.3-28
- BOURDIEU, Pierre. A leitura: uma prática cultural: debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: CHARTIER, R. (org.) *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. cap. 4, p. 231-253.
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa:DIFEL, Rio de Janeiro:Bertrand, 1989
- CÁTEDRA, Pedro M., López-Vidriero, María Luisa (dir.), Páiz Hernández, María Isabel de (ed.), *La memoria de los libros. Estudios sobre la historia del escrito y de la lectura en Europa y América*, Salamanca, Instituto de Historia del Libro y de la Lectura, 2004, tomo II, p. 511-527.
- CHARTIER, Roger “Textos , impressos, leituras”. IN: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*, São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A História Cultural entre e Práticas e Representações*.Lisboa, DIFEL, Rio de Janeiro, Ed.Bertrand, 1990.
- \_\_\_\_\_.*Práticas de Leitura*.(dir)São Paulo, Estação Liberdade, 1996.
- 1991,
- CHARTIER, Roger e MARTIN, Henri-Jean (orgs.) *Histoire de l'édition française*. Vol. I e II. Paris, Fayard-Cercle de La Librairie, 1985.
- CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel. *O Livro: uma mudança de perspectiva*. IN: NORA, Pierre e LE GOFF, Jacques. *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro- do leitor ao navegador*. UNESP, 1998.
- CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. São Paulo, Estação Liberdade, 1996.
- DOSSE, François. *La marche des idées : histoire des intellectuels, histoire intellectuelle*. Paris : La Découverte, 2003, p. 182.
- EARP, Fabio Sá e KORNIS, George. *A Economia da. Cadeia Produtiva. do Livro*. Rio de Janeiro. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 2005 .
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *A Revolução da Cultura Impressa. Os primórdios da Europa Moderna*. Coleção Múltiplas Escritas. Editora Ática, 1998.
- FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri Jean. *O aparecimento do Livro*. SP:UNESP/HUCITEC, 1992
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro: sua História*, SP:T.A Queiroz, EDUSP,1984.
- Jornal Folha de São Paulo*. Caderno *Mais*, 12/03/2006, p. 4.
- KOSELLECK, R. *Le future passé: contribution à la sémantique des temps historiques*. Paris: Ed. Ehes, 1990.
- LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*.São Paulo, Àtica, 1996

<sup>37</sup> In: *Folha de São Paulo*. Caderno *Mais*, 12/03/2006, p. 4.



- LAJOLO, Marisa. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- OITICICA, Ricardo. *O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: Academia Brasileira dos rejeitados*. Faculdade de Letras, PUC-RJ, 1997 (tese de doutorado)
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SILVA, Suely Braga. *Instituto Nacional do Livro e a institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945): planos, ideais, realizações*. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação. IBICT/UFRJ, 1992.
- UFRJ, 1992. TSAGOURIA-RIPOLL, Marie-Lise. *L'Évolution des techniques de fabrication du papier de 1791 à 1871*. Thèse de l'École Nationale des Chartes, 1987.